

PROJETO DE LEI Nº 017 061/2018

CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL - FMEI DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, EM CONFORMIDADE COM A LEI ESTADUAL Nº 10.787, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 4217-R, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, **APROVA** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o **Fundo Municipal de Educação Infantil** do Município de Cachoeiro de Itapemirim, de natureza financeira e contábil, vinculado à Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O fundo de que trata o caput deste artigo terá vigência até o ano de 2025, nos termos da Lei Estadual nº 10.787, de 18 de dezembro de 2017, regulamentada pelo Decreto nº 4217-R, 08 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Em atendimento às disposições da legislação estadual citada, o Fundo Municipal de Educação Infantil de Cachoeiro de Itapemirim tem por objetivos:

I - constituir-se em instrumento de captação e aplicação de recursos destinados à educação infantil;

II - criar condições financeiras e gerenciais para utilização dos recursos destinados à implantação e ao desenvolvimento das ações de educação infantil;

III - viabilizar o recebimento de repasse de recursos oriundos do Fundo Estadual de Apoio à Ampliação e Melhoria das Condições de Oferta da Educação Infantil no Espírito Santo – FUNPAES.

Art. 3º Constituem receitas do Fundo Municipal da Educação Infantil de Cachoeiro de Itapemirim:

I - as dotações orçamentárias consignadas anualmente no Orçamento Geral do Município e os créditos adicionais que lhe forem atribuídos;

II - os recursos transferidos do Estado ou Município;

III - a remuneração decorrente de aplicação no mercado financeiro;

IV - outros recursos que legalmente lhe forem atribuídos.

Art. 4º A aplicação dos recursos do Fundo Municipal da Educação Infantil de Cachoeiro de Itapemirim terá identificação conforme unidade orçamentária específica, no orçamento da educação.

§ 1º. Os recursos do Fundo Municipal da Educação Infantil de Cachoeiro de Itapemirim serão movimentados em conta-corrente específica, aberta junto ao Banco do Estado do Espírito Santo - BANESTES, ou outra instituição bancária oficial.

§ 2º. O saldo positivo do Fundo Municipal da Educação Infantil de Cachoeiro de Itapemirim, apurado em balanço, em cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

Art. 5º Fica instituído o Conselho Gestor do Fundo Municipal da Educação Infantil de Cachoeiro de Itapemirim, a quem compete a administração geral dos recursos e a correspondente prestação de contas, nos termos da lei.

§ 1º. O Conselho Gestor será composto por 05 (cinco) membros, nomeados por Decreto do Chefe do Poder Executivo, sendo:

I - O Secretário Municipal de Educação;

II - Dois representantes do Conselho Municipal de Educação de Cachoeiro de Itapemirim - CME/CI, escolhidos entre seus pares.

III - Dois representantes do Conselho Municipal do FUNDEB, escolhidos dentre seus pares.

§ 2º. Os membros do Conselho Gestor não serão remunerados a qualquer título, sendo, entretanto, as atividades desenvolvidas consideradas como serviços públicos relevantes.

§ 3º. Atuará como Presidente do Conselho Gestor do Fundo Municipal da Educação Infantil de Cachoeiro de Itapemirim o Secretário Municipal de Educação.

Art. 6º No exercício de sua competência, o Conselho Gestor do Fundo Municipal da Educação Infantil de Cachoeiro de Itapemirim, terá as seguintes atribuições:

I - fixar as diretrizes operacionais do **FMEI**;

II - acompanhar a elaboração do plano de aplicação de recursos;

III - disciplinar e fiscalizar o ingresso de receitas;

IV - analisar e aprovar as contas do **FMEI**;

V - zelar para que os objetivos do fundo sejam alcançados;

VI - apresentar relatório de suas atividades.

Art. 7º O Fundo Municipal da Educação Infantil de Cachoeiro de Itapemirim será implementado em 2018 e terá escrituração contábil própria, com dotações orçamentárias consignadas no orçamento do Município, vinculado à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 8º A aplicação dos recursos do Fundo Municipal da Educação Infantil de Cachoeiro de Itapemirim sujeita-se à apreciação por parte do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, nos prazos previstos e nos termos da legislação vigente.

Art. 9º Para fins do disposto nos artigos 4º e 7º desta Lei, o município de Cachoeiro de Itapemirim utilizará Unidade Orçamentária e Atividade/Projeto referente a construção, ampliação e reforma, já contempladas no orçamento municipal.

Parágrafo único. Em caso de necessidade, fica autorizado ao município a abertura de créditos suplementares e especiais para atendimento as ações do Fundo Municipal da Educação Infantil de Cachoeiro de Itapemirim.

Art. 10. O Poder Executivo, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Lei, regulamentará por Decreto o funcionamento do **FMEI**

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cachoeiro de Itapemirim-ES, 04 de junho de 2018

VICTOR DA SILVA COELHO
Prefeito Municipal

MENSAGEM

Senhor Presidente,

Submetemos à apreciação dessa Câmara Municipal, o Projeto de Lei nº 017 061/2018, que propõe a criação do **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL – FMEI, DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM**.

Trata-se de medida complementar às ações previstas na Lei Estadual 10.631, de 23 de março de 2017, que instituiu o Pacto pela Aprendizagem, objetivando viabilizar e fomentar o regime de colaboração entre as redes de ensino, para efeito de fortalecimento da aprendizagem e melhoria dos indicadores educacionais do Estado do Espírito Santo.

Importante ressaltar que o Município de Cachoeiro de Itapemirim é signatário do referido pacto, conforme Protocolo de Intenções nº 043/2017 – Processo 72872254/2017, publicado no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, de 25 de julho de 2017.

Com a edição da Lei Estadual 10.787, de 18 de dezembro de 2017, foi instituído o Fundo Estadual de Apoio à Ampliação e Melhoria das Condições de Oferta da Educação Infantil no Espírito Santo, sendo condição para os municípios receberem recursos do aludido fundo estadual, a constituição de fundos municipais, com finalidade específica.

Nesse sentido, a medida ora proposta vai ao encontro dos esforços empreendidos pelo governo estadual, no que diz respeito à ampliação da oferta de educação infantil e melhoria da qualidade do ensino neste Município.

Dado o relevante alcance social do projeto, bem assim a necessidade de que sejam adotadas outras medidas administrativas necessárias ao recebimento dos recursos, solicitamos a apreciação do presente projeto em **regime de urgência** e sua aprovação da forma regimental.

Cordialmente,

VICTOR DA SILVA COELHO
Prefeito Municipal

Cachoeiro de Itapemirim, 04 de junho de 2018.

OF/GAP/Nº 256/2018

Exmº. Sr.

ALEXANDRE BASTOS RODRIGUES

Presidente da Câmara Municipal

Nesta

Senhor Presidente,

Estamos encaminhando, em anexo, Projeto de Lei nº 017 061/2018 para apreciação dessa Douta Câmara Municipal, **em REGIME DE URGÊNCIA**.

Atenciosamente,

VICTOR DA SILVA COELHO
Prefeito Municipal